1 DIALOGANDO SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Ana Maria Faccioli de Camargo – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Robéria Vieira Barreto Gomes – Universidade Federal do Ceará – UFC
Selene Maria Penaforte Silveira – Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF

Tudo começa com o professor. Os traços de um projeto de arquitetura, uma tese de mestrado ou doutorado, as linhas de um texto de jornal, a descoberta de um medicamento revolucionário ou as primeiras curvas de um jarro de cerâmica. Não importa o produto ou sua complexidade, por trás de tudo, bem no comecinho de cada história, encontramos a participação ativa do professor. Não há como negar, ele conduz os alunos pelos caminhos do saber de acordo com seus princípios.

Os conservadores trabalham de uma forma mais fechada, os mais "arejados" priorizam inúmeras habilidades e há aqueles que contestam e estimulam esta característica em seus alunos. Vamos evitar os rótulos e nos concentrar em histórias. Há muitos anos, em uma escola pública brasileira, a professora de ensino fundamental de estudantes com idade média de 10 anos utilizava uma horta como instrumento interdisciplinar. Conteúdos de matemática, ciências e português – além de muitas mãozinhas mexendo na terra – eram discutidos a partir desta pequenina plantação, que os próprios alunos cuidavam.

Uma vez por semana, os pequenos preparavam saladas e receitas especiais com as verduras e legumes produzidos na escola. Era um dia de comemoração, com direito a doses generosas de noções de higiene pessoal, conduta alimentar e confraternização. Neste dia, os produtos da horta eram servidos na merenda e todos da escola experimentavam, desde os alunos até os funcionários e professores.

Tudo ia bem, até que um dia começaram a chegar reclamações. A turma fazia muito barulho no corredor ao sair da sala de aula em direção à horta e atrapalhava os outros alunos. Problema

lançado, a professora passou a matutar uma maneira de contornar a situação, sem interromper seu projeto, que estava sendo ameaçado. A sala tinha janelas que podiam ser abertas e davam acesso ao lado de fora do prédio. A solução estava nesta janela, que passou a ser usada como "porta de saída" pela criançada.

Cuidadosamente, todos pulavam a janela, que era baixinha e não oferecia risco para ninguém. As reclamações cessaram e a diretora passou a fazer vista grossa para a condução, digamos, pouco ortodoxa encontrada pela professora. O projeto da horta estava salvo! Por fim, pés de alface, de couve e as raízes de cenoura e beterraba ajudaram estes pequenos estudantes a compreender conteúdos que até então pareciam distantes da realidade de cada um deles. Décadas depois deste episódio, esta mesma professora, também autora deste texto, continua acreditando que não são as respostas que movem o mundo, e sim as perguntas e os problemas que nos cercam diariamente.

Ana Maria Faccioli de Camargo (2013)

Esse artigo tem como objetivo refletir sobre a atual Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva para levar-nos a compreender como foi o passado e o presente dessa modalidade de ensino, bem como o atual serviço pedagógico – Atendimento Educacional Especializado – oferecido para trabalhar com os alunos público-alvo da Educação Especial -, a formação de professores num sentido mais amplo e também para atuarem na Sala de Recursos Multifuncionais destacando notadamente a experiência desenvolvida pela UFC em pareceria com o Mec-Secadi por meio do curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado. Todavia, as concepções apresentadas no referido artigo são reflexões das pesquisadoras que trabalham nessa área de estudo estabelecendo um elo entre teoria e prática pedagógica.

O PASSADO E O PRESENTE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para pensarmos a atual Política de Educação Especial proposta para os sistemas de ensino no Brasil, faz-se necessário voltarmos ao passado e refletirmos sobre a institucionalização da Educação Especial como modalidade de ensino. A história das pessoas com deficiência é "constituída de maus-tratos, superstições, exclusões e de atitudes segregadoras" (FIGUEIREDO, 2010, p. 25). Esse dado histórico permeou toda a Idade Antiga até a Idade Moderna, e apenas na segunda metade do século XX observam-se movimentos com o intuito de aceitar esses sujeitos em ambientes menos segregados.

De acordo com Mazzotta (2005), as primeiras iniciativas oficiais para atender alunos com deficiência surgiram no Brasil no final do século XIX, com a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, e do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857. A despeito dessas iniciativas, consideramos a década de 1970 o marco decisório e político para a educação especial, principalmente após a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CNESP) em 1973.

Foi a partir da inauguração do CENESP que se institui no País uma política educacional feita de forma sistematizada para a educação especial. Esse órgão ficou responsável em direcionar metas e ações que promovessem a integração dos alunos da educação especial, além de propor projetos de formação para professores, requerer a implantação de classes e escolas especiais. O CENESP instalou cursos de especialização para professores que trabalhavam nesta área com o intuito de conhecer e refletir sobre os avanços existentes referentes ao atendimento a pessoas com deficiência.

Não podemos deixar de considerar que tivemos nesse período avanços em relação ao trabalho desenvolvido para alunos com deficiência, porém a implantação de classes e escolas especiais estabeleceu um caráter de exclusão, tornando-se um espaço de segregação, pois muitos dos sujeitos com comprometimento grave não conseguiram ser integrados na escola comum e frequentaram este ambiente durante toda a sua vida, não tendo acesso à escola regular. Ser integrado na escola regular dependia do sujeito se adaptar às normas vivenciadas por todos, ou seja, a escola não mudou nem se transformou para receber esses alunos; o aluno devia se adaptar às regras e normas da instituição. Esse movimento ficou conhecido como paradigma da INTEGRAÇÃO, que permaneceu em vigor por aproximadamente 30 anos nos sistemas de ensino brasileiro.

Tal paradigma foi se modificando com a introdução de novas demandas políticas, sociais e educacionais, o que ocasionou a construção de uma concepção inclusiva para a educação. "Assim, no início da década de 1990, o movimento em prol da Educação Inclusiva, iniciado nos anos 1980 na Educação Básica, ganhou amplitude e destaque no cenário educacional" (FIGUEIREDO, 2010, p. 29), e a educação especial passa a estabelecer uma educação com bases teóricas inclusivistas, ou seja, a escola inclusiva visa ao acesso, à permanência e ao sucesso de todos os alunos na classe comum.

Para que isso aconteça, é fundamental uma transformação no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, o professor precisa conhecer como o aluno aprende para saber como ensinar; na estrutura física, com a quebra de barreiras arquitetônicas e atitudinais; nas situações pedagógicas, com a utilização de material específico para atender às necessidades dos alunos; na formação de professores e das equipes gestoras no tocante aos princípios da educação inclusiva. Dessa forma, a Educação Especial passa a ressignificar o seu papel de atuação, estabelecendo um trabalho em parceria com o ensino regular no apoio especializado às escolas, aos docentes e às famílias. A Educação Especial passa a ser um braço da educação regular, apoiando as escolas e os professores no processo de inclusão escolar de seus alunos.

Educação Inclusiva: dos marcos internacionais ao Plano Nacional de Educação de 2014

Ultimamente, pensar a política de educação especial implantada nos sistemas de ensino do nosso país nos faz refletir que, em nenhum outro momento da história da educação, essa modalidade esteve tão presente nas rodas de discussões políticas educacionais da sociedade. Atualmente, o discurso da educação tem como foco a inclusão das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na escola regular, e é possível encontrar uma ampla legislação que estabelece os direitos, deveres, metas e ações com o objetivo de promover essa inclusão. Esses documentos propõem que a escola desenvolva as potencialidades e trabalhe as necessidades dos alunos público-alvo da educação especial.

Dessa forma, destacamos como marco internacional para as discussões, reflexões, implantação da política pública de educação inclusiva a Conferência Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, em Jomtien, Tailândia, no ano de 1990; a

Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, que culmina com a Declaração de Salamanca, na qual o país se compromete em instituir uma educação que atenda a todos, independentemente de suas necessidades. Esse documento – Declaração de Salamanca – é considerado um marco de difusão da filosofia da educação inclusiva, e, a partir da sua divulgação no setor educacional, as teorias e práticas com o enfoque inclusivo começaram a ganhar terreno no Brasil. E, mais recentemente, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006 e ratificada pelo Brasil em 2008.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL,2012) estabelece que os Estados Partes ofereçam sistemas inclusivos de educação em todos os níveis, garantindo que:

a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório sob a alegação de deficiência;
b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (art. 24).

Tais documentos foram/são utilizados como referência para a elaboração e implantação de políticas públicas para o público da educação especial, o que ocasionou a elaboração e a homologação de inúmeros decretos, portarias, resoluções, ou seja, uma vasta legislação para efetivar os princípios inclusivos divulgados mundialmente. Com o propósito de efetivar a Educação Inclusiva, na última década foram homologados os seguintes documentos:

- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, cujo objetivo é "o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares [...]" (BRASIL, 2008, p. 10). Para garantir tal objetivo, é proposto o atendimento educacional especializado realizado na Sala de Recursos multifuncionais;
- Resolução 04/2009, que institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado, define o AEE, seu público-alvo, a formação e as atribuições do professor;
- Resolução 04/2010, que define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica, determinando no art. 29:

> § 1º Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL, 2010).

Nessa perspectiva, o Atendimento Educacional Especializado passa a ser a política prioritária do Ministério da Educação, e para a sua efetivação é necessário que os sistemas de ensino, em parceria com o ministério, ofereçam formação continuada para os professores, promovam acessibilidades tanto arquitetônicas e atitudinais entre os professores e alunos quanto estratégias de como pode acontecer o processo de ensino e aprendizagem.

Destacamos dois importantes documentos que ratificam a educação inclusiva: o primeiro homologado em 2014 a Lei nº 13.005, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), que traz

metas ambiciosas, mas possíveis de serem realizadas, dependendo da vontade política dos nossos governantes, ao instituir a seguinte meta:

> Universalizar, para a população de quatro a dezessete anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e **suplementar**, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.(BRASIL, 2014, p. 15)

E o segundo documento homologado em 2015 foi a Lei nº 13.146 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que estabelece no Art. 28 a responsabilidade do poder público de: "[...] assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;" (BRASIL, 2015).

Assim, temos uma vasta legislação que orienta e norteia nossas ações para desenvolver sistemas inclusivos de educação. Sabemos que não construiremos uma educação inclusiva somente pela força da legislação, mas muitas legislações nos ajudam a entender melhor o caminho que devemos percorrer, e isso constitui um direito garantido para promover uma educação para todos. Concordando com Laplane (2007, p.17), reafirmamos que:

> [...] os valores e princípios da educação inclusiva são capazes de promover instituições mais justas do que aqueles que fundamentam a segregação. Compreendo que o discurso em defesa da inclusão constituiu-se historicamente oposto ao da segregação e, nesse contexto, reconheço a importância de destacar as vantagens da educação inclusiva.

Partindo desse princípio, iremos conhecer e refletir sobre uma das diretrizes para efetivar a educação inclusiva: o Atendimento Educacional Especializado. É o que discutiremos no próximo item.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UM NOVO TEMPO PARA A INCLUSÃO

O Atendimento Educacional Especializado surge dentro do contexto dos avanços em prol da educação inclusiva no país, como uma política pública fundamental que regulamenta as diretrizes estabelecidas pela Constituição Brasileira, para a educação dos alunos público-alvo da educação especial. Essa política se impõe pela necessidade de efetivação de ações voltadas para a garantia da aprendizagem desses alunos matriculados nas escolas e sujeitos de direito a uma educação de qualidade. Podemos dizer que o atendimento educacional especializado é uma política pública basilar no fortalecimento e na implementação e organização dos serviços da educação especial.

O AEE constitui hoje uma referência no atendimento às necessidades específicas dos alunos, além de se estabelecer dentro da escola como um marco de suporte e apoio ao aluno, ao professor e a sua família, de modo integrado aos demais sujeitos e espaços escolares.

Uma importante característica desse trabalho se relaciona aos princípios da aprendizagem colaborativa, de modo que o professor da sala do atendimento educacional especializado possa

desenvolver estratégias de intervenções e de atuação pedagógica que permitam ao aluno o acesso ao currículo, bem como sua interação no grupo da escola e da sala de aula.

Seguindo as diretrizes operacionais para a implementação do AEE, é importante que esse serviço esteja claramente previsto no Projeto Político Pedagógico da escola como forma de garantir a sua articulação com os demais serviços do ensino comum, em todos os níveis, etapas e modalidades oferecidos pela escola.

Podemos definir o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente. Tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que atenuem as barreiras para o desenvolvimento de seu público-alvo (BRASIL, 2011).

Tendo em vista desenvolver a autonomia e independência desse público na escola e fora dela, o AEE deve ser prestado da seguinte forma:

- Complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às Salas de Recursos Multifuncionais; ou
- Suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação. .

Deve ser realizado, prioritariamente, nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo, em nenhuma hipótese, substitutivo às classes comuns. Pode ser oferecido também em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou em instituições especializadas, instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente no Estado ou nos Municípios. No entanto, entendemos que esse serviço, quando realizado na própria escola do aluno, poderá proporcionar maiores benefícios não só no que diz respeito a sua aprendizagem, mas também no aspecto da sua inclusão na escola.

O Atendimento Educacional Especializado visa complementar e desenvolver a autonomia do aluno dentro da escola e fora dela, organizando e promovendo situações que favoreçam o seu desenvolvimento, com a estimulação dos mecanismos do desenvolvimento cognitivo e da aprendizagem intermediados pelo uso de materiais didáticos e pedagógicos que atendam às necessidades específicas desses alunos.

Em casos do Atendimento Educacional Especializado em ambiente hospitalar ou domiciliar, será ofertada aos alunos, pelo sistema de ensino, a Educação Especial de forma complementar ou suplementar com a garantia da matrícula na rede regular de ensino.

Os alunos com altas habilidades ou superdotação deverão ter suas atividades de enriquecimento curricular desenvolvidas no âmbito de escolas públicas de ensino regular em interface com os núcleos de atividades para altas habilidades ou superdotação e com as instituições de ensino superior e institutos voltados ao desenvolvimento e promoção da pesquisa, das artes e dos esportes.

No caso dos alunos com deficiência auditiva ou com surdez, o atendimento educacional especializado deve ser realizado sob a mediação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), sendo a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita sua segunda língua.

A função do professor do AEE é "propor atividades que permitam eliminar barreiras na aprendizagem e otimizar a aprendizagem dos alunos e sua inclusão no ensino regular", o que sem dúvida repercutirá no desenvolvimento do aluno em sala de aula (GOMES, POULIN, FIGUEIREDO, p.15, 2010).

A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e a Atuação do Professor do AEE

As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços físicos localizados nas escolas públicas de educação básica; nelas se realiza o Atendimento Educacional Especializado. Esse atendimento é feito por um professor especializado, que tenha como base da sua formação a atuação para a docência e ainda formação específica na área da educação especial, com competências para o atendimento dos alunos com dificuldades de aprendizagem acentuadas decorrentes de algum tipo de deficiência (auditiva, visual, motora, intelectual), de transtornos do espectro autista ou de altas habilidades ou superdotação.

Essas salas atendem por esse nome porque são dotadas de mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva, e outros tipos de equipamentos específicos para o atendimento aos alunos público-alvo da educação especial. Esses recursos deverão estar a serviço das necessidades de aprendizagem desses alunos, sendo o atendimento feito sempre em turno contrário ao que os alunos frequentam na escola comum e, como destacamos, deve ser realizado preferencialmente na própria escola em que ele está matriculado, ou ainda numa escola próxima ou em centros e instituições especializadas que realizem o serviço do AEE.

Cada sala deverá ter, no mínimo, um professor responsável pelo desenvolvimento das atividades próprias do AEE. Essas as atividades são de caráter eminentemente pedagógico, diferenciando-se do trabalho do professor da sala de aula devendo o professor propor situações que contribuam para a aprendizagem de conceitos e ações vivenciais que possibilitem a esse aluno organizar seus pensamentos fundamentando seu atendimento em situações-problema, exigindo do aluno o uso do raciocínio para sua resolução. Além disso, compete ao professor do AEE produzir materiais didáticos e pedagógicos, utilizados como ferramentas de interação escolar social ajudando o aluno a atuar no ambiente da escola e fora dela.

Ainda sobre as competências do professor do AEE, a Resolução n° 04 de 2009 que Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, estabelece as seguintes ações como principais atribuições desse profissional:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Para o desenvolvimento dessas ações, é necessário que o professor estabeleça uma relação de proximidade com seu aluno, buscando conhecer suas particularidades, suas relações com o conhecimento,

indo além das condições cognitivas. Além disso, é preciso que haja uma interlocução com o professor do ensino regular, facilitando o acompanhamento dos processos de aprendizagem do aluno.

Por fim, é importante destacarmos que a Sala de Recursos Multifuncionais é um espaço da escola comum, sendo responsabilidade do diretor e da comunidade escolar sua conservação, organização e administração, além da divulgação desse trabalho à comunidade à qual a escola está inserida.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O AEE

Inicialmente trataremos da formação de professores e professoras em sentido amplo: em que a discussão não se restringe à formação inicial, continuada ou continuada em serviço. Partiremos de questionamentos frequentes feitos por diferentes profissionais da educação: "se temos hoje a pedagogia como ciência e disciplinas como a psicologia, a antropologia, a sociologia e outras apoiando e fundamentando a educação, que evoluiu bastante no tempo, então por que ainda presenciamos a reprodução e manutenção de certas atitudes e certos comportamentos nos ambientes escolares – discriminação, segregação, preconceitos? Se estudamos e evoluímos em nossos conhecimentos sobre Educação Inclusiva, por que creches, pré-escolas e escolas de ensino fundamental, na prática, nem sempre se baseiam e respeitam esse conhecimento? "

Para problematizar essas questões, podemos usar alguns princípios trabalhados por Foucault (1995), a saber: não estabelecer "verdades absolutas" sobre a escola; desmontar/constatar/desconstruir essas verdades; quebrar binarismos, mostrar que a escola não faz "isto ou aquilo", mas faz "isto e aquilo"; possibilitar novos olhares, novas leituras e novas escolhas; trabalhar com a diversidade e a diferença, enfim, outras possibilidades para se pensar a educação.

Com efeito, o trabalho de formação de professores deve ter sempre como objetivo servir de apoio para que esses profissionais sintam desejo, e não medo, de exercitar outras formas de ensinar, de aprender, de ler e de conhecer. Nessa perspectiva, as práticas pedagógicas podem confrontar e romper com estratificações dominantes, abrindo possibilidades para o devir-professor, ou seja, o professor pode singularizar-se, tornar-se, fazer-se (GUATTARRI; RONILK, 1993). Esse fazer-se não é deixar de ser o que se é, mas é permanentemente criar, inventar outras maneiras de ser e estar em sala de aula. É importante para professoras e professores compreenderem que não estão determinados antes de ser, tampouco estão inscritos num sistema já definido e predestinado. Antes, são o resultado de encontros e acasos que se compõem e se arranjam de outras maneiras.

O que é então ser professor (a)? Não é um dom, mas resultado de capacidades que se desenvolvem; não é missão, mas trabalho, profissão; não é um projeto individual, mas coletivo; não requer apenas o domínio de técnicas e conteúdos, mas envolve afetividade, valores, consciência política, visão de mundo; não é uma identidade fixa, imutável, estável, mas mutável, provisória, múltipla... Este é o sentido da epígrafe que abre esse texto.

E o que vem a ser a formação do (a) professor (a)? Não é um aprendizado conclusivo que ocorre num determinado período, mas um processo, um *continuum*, por toda a vida. A ação formativa ocorre sempre na articulação entre teoria e prática; na reflexão sobre a prática onde o conhecimento se constrói com base na ação; na prática, pois, aprende-se a fazer fazendo. Cabe ao professor buscar sempre algo novo e criativo no espaço privilegiado da escola, por onde passam crianças, adolescentes, homens e mulheres. Cabe à formação de professores promover o debate sobre pedagogias, infâncias, adolescências e deficiências. O uso dos plurais aqui é intencional, é provocativo. Visa chamar atenção para a necessidade de mudanças na forma de pensar, pois fomos formados e preparados para pensar com base em uma lógica binária – tudo que falamos, fazemos, avaliamos é considerado certo/errado,

do bem e do mal, do normal e do deficiente. Essa lógica uniformiza padrões que são estabelecidos por terceiros. Propor os plurais é deixar de pensar com base no binarismo, é pensar na multiplicidade de possibilidades, nem normais, nem anormais, nem boas e nem ruins. Apenas possibilidades de ser humano. Mas pensar de forma diferente é sempre um desafio, e, quando se trata de realizar o exercício de pensar diferente para promover uma escola inclusiva, esse desafio torna-se maior ainda.

Então, trabalhar com as noções de pluralidade pode nos ajudar a não absolutizar, nas relações humanas, as questões relacionadas às deficiências, permitindo a professores e professoras, alunos e alunas, gestores e gestoras serem diferentes daquilo que já está instituído.

Proporcionar formação continuada aos professores, oferecendo-lhes novas perspectivas, é tarefa fundamental das instituições voltadas para a educação. Com o canal aberto para o novo, os professores podem conduzir seus alunos pela estrada do conhecimento, repleta de possibilidades e desafios. O ritmo da caminhada é bastante particular e a troca de experiências em grupo é enriquecedora. As pessoas precisam compartilhar as experiências de vida com o outro para encontrarem e reconhecerem, juntas, os seus limites, assim como suas potencialidades.

As práticas pedagógicas utilizadas por professores e professoras definem a conduta do educando. Mas o que é a "conduta"? Conduta é o ato de "conduzir" o outro. O professor no seu dia a dia conduz as condutas de seus alunos, ou seja, age sobre suas possibilidades de ação (DUSSEL e CARUZO, 2003). Nessa tarefa, é ele quem escolhe e decide de que maneira esta condução será realizada. Ao conduzir, ele pode optar pela utilização de técnicas disciplinares que imponham suas regras, fazendo do aluno simplesmente seu espelho, pronto para reproduzir o que foi aprendido. Porém, ele pode seguir outro caminho, estabelecendo um relacionamento diferente. Dessa forma ele apresenta ao aluno aquilo que é novo, abrindo o diálogo para discussão e crítica, possibilitando a compreensão das diferenças e conduzindo o outro como outro e não como espelho de si.

Dentre as diretrizes da atual Política de Educação Especial, destaca-se a formação de professores para atuarem no Atendimento Educacional Especializado, consolidando o novo paradigma da Educação Especial. Com a finalidade de apoiar a formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação (MEC), instituiu o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial, em parceria com as Instituições Públicas de Educação Superior. Como parceira nesta ação, a Universidade Federal do Ceará (UFC) tem oferecido desde 2008, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Curso de Especialização em Formação Continuada para Professores para o Atendimento Educacional Especializado.

O referido curso foi pensado e desenvolvido, tendo como pressupostos os princípios trabalhados acima, os quais se coadunam com a epígrafe que abre este artigo. Sua estrutura procurou atender um grande número de educadores e prepará-los de forma eficiente para trabalharem no AEE. O caminho para alcançar esse objetivo foi a educação a distância (EAD). Por outro lado, um dos grandes diferenciais desse curso foi a metodologia de Aprendizagem Colaborativa em Rede (ACR), desenvolvida pelas equipes de coordenação para esta formação. Ela foi baseada no *Problem Based Learning* (PBL), que consiste numa modalidade de aprendizagem baseada em problemas.

As disciplinas relacionadas aos conteúdos específicos tiveram suas atividades desenvolvidas durante seis semanas, nas quais cada turma estudava coletivamente um caso real, segundo as fases da ACR, composta de 5 etapas: Apresentação do problema, Esclarecimento do problema, Identificação da natureza do problema, Resolução do problema, Elaboração do Plano de AEE. Essas etapas são bem específicas e ajudam na condução de um problema até sua resolução final com a elaboração do Plano de AEE, dentro das possibilidades e realidades de cada grupo. (Ver Roteiros – anexos A e B, pp. 165-176)

Para falar da ACR, escolhemos alguns depoimentos de professoras que trabalharam como formadoras do Curso de Especialização em Formação Continuada para Professores para o Atendimento Educacional Especializado. Elas relatam suas experiências no uso dessa metodologia que promove a cooperação entre professores e alunos ao vivenciarem problemas reais do cotidiano; que valoriza tanto o grupo quanto o indivíduo e vai ao encontro das propostas da Educação Inclusiva.

> O ambiente colaborativo permite que se construa uma rede de coparticipação onde cursistas, tutores, supervisores e coordenadores interagem e compartilham conhecimentos. A metodologia do estudo de caso possibilita colocar o cursista diante de problemas reais que eles enfrentam no cotidiano de sua escola e das redes públicas de ensino. Os cursistas, em parceria com seus colegas, discutem os casos trazidos por eles, buscam novas informações, levantam hipóteses sobre a natureza do problema enfrentado em cada caso e propõem alternativas de intervenções pedagógicas visando à superação do problema em questão. A novidade dessa modalidade de ensino é que o sujeito é mobilizador do próprio conhecimento e a cooperação é o eixo central do processo onde todos elaboram os saberes.
>
> Rita Vieira de Figueiredo

> Oferecer o curso na modalidade a distância permitiu atender um grande número de pessoas distribuídas geograficamente por todo o Brasil. E a ACR permitiu trabalhar com esses professores a partir de casos reais, por eles relatados, tornando a aprendizagem significativa e contextualizada. Chegar à ACR demandou estudos sobre metodologias ativas, aprendizagem, reflexão sobre experiências anteriores e, principalmente, ter uma metodologia centrada no cursista enquanto um pesquisador e produtor de conhecimento.
>
> Edilene Aparecida Ropoli

> A ACR é uma metodologia que oportuniza de fato a vivência de que o Aprender não é uma mera transmissão de informações ou ainda uma reprodução de conhecimentos já prontos. Quando pesquisamos, estudamos com profundidade, interagimos com os colegas, estamos de fato aprendendo e produzindo conhecimento. É, com certeza, uma outra epistemologia que sustenta este processo, porque exige que cada um de nós seja um sujeito ativo participando sempre nos espaços e nos tempos presenciais e virtuais e também interativos, porque permite e necessita do trabalho em equipe. A ACR valoriza o individual e o coletivo, promovendo o desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade. Faz efetiva articulação entre teoria e prática, pois tudo é contextualizado e a realidade não é algo à parte.
>
> Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos Santos

> A formação colaborativa em rede propicia a experiência da construção coletiva do conhecimento, aproximando ideias e pessoas para avançar

no entendimento de um problema. Trata-se de uma alternativa moderna de formação e atende aos princípios da Educação Inclusiva. Vivemos um momento na Educação em que o velho é o que não dá mais para ser reforçado e o novo é ainda muito perigoso.

Maria Teresa Eglér Mantoan

A integração da proposta de EAD com a metodologia ACR consistiu numa forma dos cursistas terem a oportunidade de trabalhar de forma contextualizada com sua realidade de atuação, trocando experiências, incertezas e respostas com seus pares e formadores. O trabalho dentro do ambiente virtual e a ACR deram aos cursistas a possibilidade de refletir, questionar, buscar informações e respostas aos problemas que estavam vivenciando/estudando de forma colaborativa e interativa.

Mariana da Rocha Corrêa Silva

Durante os cursos, buscamos sempre, por meio do olhar e da troca de olhares sobre a prática, provocar reflexões e desenvolvimento profissional. Exercitamos os plurais, a troca de olhares, compartilhamos medos, dúvidas, mas o mais importante: construímos possibilidades para fazer acontecer a Educação Inclusiva conforme estabelecido nos documentos legais nas diferentes realidades desse imenso Brasil.

Nas diversas versões desse curso, posicionamo-nos sempre atrás das questões que nos eram colocadas e não nos preocupamos tanto com as respostas, mas com o modo como lidamos com as perguntas, com os efeitos que as perguntas produziam em nós. Enfim, com a maneira como lidamos com os problemas. E para realizar essa tarefa, nós formadores de professores procuramos tomar distância de nós mesmos, sem, no entanto, desprendermos de nós, condição que nos possibilita colocar em questão os princípios que orientam nossa ação, ajudando a renovar constantemente nossos valores e os de nossos alunos. Também procuramos ter sempre presente que tudo o que é poderia estar sendo outra coisa, pois nos perguntávamos sempre: o que é necessário desaprender para encontrar o caminho mais sábio que nos leve à elaboração mais rica do processo de formação individual, de crianças, de adolescentes, de professores e professoras? Enfim, tínhamos uma imensa vontade de poder viver para fazer viverem os outros, de saber aprender para levar a aprenderem os outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apontadas nesse texto nos impelem a refletir sobre os avanços históricos, políticos e legais da Educação Especial como força potência capazes de impulsionar a inclusão escolar e em consequência as políticas de direitos humanos, especialmente aquelas relacionadas às pessoas com deficiência. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado contribui para repensar a escola como um espaço de acolhimento da diferença que busca responder pela melhoria da aprendizagem e pelo efetivo sucesso dos alunos público-alvo da Educação Especial. Merece destaque o papel e a postura do professor no ato de ensinar, sendo uma das condições

para o bom exercício da sua profissão o domínio e o conhecimento necessário dos conteúdos a serem trabalhados com seus alunos, além do desenvolvimento de estratégias pedagógicas para a gestão da sala de aula. Portanto, é fundamental que esses profissionais respondam pela melhoria de suas práticas ajustando o modo como organizam a sua ação docente para o efetivo sucesso da aprendizagem de cada um dos seus diferentes alunos.

Por fim, intencionamos contribuir para que as escolas repensem o seu próprio papel de instituições segregadoras e reprodutoras das desigualdades sociais, padronizadoras e excludentes e avancem na busca de maior igualdade e equidade social em direção a uma sociedade mais igualitária e que tenha como bandeira o respeito e a celebração das diferenças e da diversidade humanas.

REFERÊNCIAS

BRASIL**. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**: protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência – Decreto Legislativo nº 186/2008 – Decreto nº 6.949/2009. 4ª ed. Brasília: 2012.

_____. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: mar. 2015.

_____. **Decreto nº 7.611**, de 17/11/2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política pública de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>.

_____. **Resolução 04/2009**. Institui o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Especial, 2009.

_____. **Resolução 04/2010**. Diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

CAMARGO, A. M. F. Power relations and production of subjectivities in the everyday school life: resistances, fears and dangers. In: CAMPION, Magdalena et.al. (orgs). **Changing the world**: social, cultural and political pedagogies in civic education. Kraków: WAX Anddrzej Jedraszczak, 2013. pp. 30-45.

DUSSEL, Inês; CARUSO, Marcelo. **A invenção da sala de aula**: uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Moderna, 2003.

FIGUEIREDO, R. V. **Escola, diferença e inclusão**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade** III: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

GUATTARI, F., & ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. Petropólis, RJ: Vozes, 1993

LAPLANE, A. L. F. **Notas para uma análise dos discursos sobre inclusão escolar.** In: GÓES, M. C. R.; _____. **Políticas e práticas de educação Inclusiva.** 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.